



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Quinta Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho
Fórum Dr. Humberto da Costa Soares - Av. Presidente Getúlio Vargas, 482 – Centro,
Cabo /PE - CEP: 54505560 - Telefone: (81) 3181.9242 – E-mail: vciv05.cabo@tjpe.jus.br

5ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho
Processo nº 0003213-44.2017.8.17.2370

AUTOR: MARLI FERREIRA DE FRANCA
RÉU: MAIARA FERREIRA DOS SANTOS
CURADOR: ANTONIO CARLOS CIRILO DE CARVALHO

TERMO DE COMPROMISSO DE GUARDA DEFINITIVA

Em 18 de julho de 2018, nesta cidade e Comarca, do Cabo de Santo Agostinho-PE, na Secretaria deste Juízo, presentes o(a) Dr(a). Roberto Jordão de Vasconcelos, Juiz(a) de Direito e o(a) Sr.(a) Claudiana C. Alves Siqueira Gomes, Chefe de Secretaria, onde compareceu a Sra. **MARLI FERREIRA DE FRANÇA**, RG nº 5.300.995 SDS/PE, CPF nº 023.397.794-56 domiciliada neste município, sendo nomeado para exercer a **GUARDA, SUSTENTO E RESPONSABILIDADE** de **ANDERSON GABRIEL FERREIRA DA SILVA** nascido no dia 03 de Abril de 2013, filho de Wanderson da Silva Ferreira e Maiara Ferreira dos Santos, a qual presta o **COMPROMISSO LEGAL**, de conformidade com a sentença dos autos do processo em epígrafe. Prometeu exercê-la de acordo com a lei para todos os fins de direito, inclusive, para fins previdenciários (art. 33, §3º, Lei 8.089/90). Eu, Claudiana C. A. de Siqueira Gomes, Chefe de Secretaria, o digitei.

Claudiana C. A. de Siqueira Gomes
Chefe de Secretaria

Dr. Roberto Jordão de Vasconcelos
Juiz(a) de Direito

MARLI FERREIRA DE FRANÇA
Responsável/ Compromissária.

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Assinado eletronicamente por: ROBERTO JORDAO DE VASCONCELOS - 25/07/2018 11:49:25
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072511492544300000032715562>
Número do documento: 18072511492544300000032715562

Num. 33155710 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: IVINA LEITE DA FONSECA - 18/07/2019 16:54:33
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071816543366100000047272729>
Número do documento: 19071816543366100000047272729

Num. 48008099 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ROBERTO JORDAO DE VASCONCELOS - 25/07/2018 11:49:25
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072511492544300000032715562>
Número do documento: 18072511492544300000032715562

Num. 33155710 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: IVINA LEITE DA FONSECA - 18/07/2019 16:54:33
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071816543366100000047272729>
Número do documento: 19071816543366100000047272729

Num. 48008099 - Pág. 3



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
2ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho

AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 482, - de 380/381 ao fim, CENTRO, CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE - CEP: 54505-560 - F:()

Processo nº **0026090-07.2019.8.17.2370**

AUTOR: MARLI FERREIRA DE FRANCA, ERIKA MONIK SANTANA DA PAIXAO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

DECISÃO

Antecipação de prova pericial:

I - Depósito judicial dos honorários médicos: *Intime-se a Seguradora Lider informando que este Juízo determinou a antecipação de prova pericial e, em razão desta decisão, deve a ré, no prazo de 5 dias, depositar, às ordens desta Vara Judicial e vinculado a este processo, o valor de R\$ 300,00 referente aos honorários periciais referente ao presente processo, sob pena de, não efetuando este depósito judicial, demonstrar que não tem interesse na produção desta prova pericial, sendo considerados verdadeiros os fatos alegados pelo autor na inicial.*

Notifique-se a ré que poderá antecipar sua contestação, sendo que o prazo regular iniciará na data de audiência de conciliação.

II - Juntado nos autos o depósito judicial. Nomeação do perito. Como a Seguradora Líder de Consórcios do Seguro DPVAT (parte ré) já se comprometeu com o TJPE a arcar com o pagamento do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a título de honorários periciais em demandas desta natureza (vide ofício DPVAT/JUR 583/2015 de 25/02/2015), nomeio perito que deverá proceder exame na parte autora, *entregando o laudo, no prazo máximo de 40 dias*, mediante remessa a esse Juízo, por carta com aviso de recebimento ou mediante protocolo diretamente na Secretaria deste Juízo.

Chegando o laudo nesta vara, deverá a Secretaria providenciar seu escaneamento e juntar ao processo eletrônico.

O perito nomeado é aquele cujo nome será indicado pela Chefe de Secretaria.



Intime-se o perito da sua nomeação por carta com AR ou por e-mail, telefone ou outro meio idôneo. Faça-se acompanhar esta intimação da indicação dos quesitos do autor, do réu e do Juízo, se existirem.

O perito deverá indicar ao Juízo dia, hora e local para realização do exame, a fim de que seja dado conhecimento aos interessados (art. 474, NCPC). Fornecida a informação pelo perito, ***intimem-se as partes da data da realização da perícia.***

Quesito do Juízo: *O autor padece de alguma forma de perda de função em alguma parte do corpo resultante de acidente envolvendo veículo? Se sim, qual é a parte do corpo em que há esta perda de função e qual o seu grau de disfuncionalidade?*

Intimem-se as partes da nomeação e para indicar assistente técnico e quesitos que serão respondidos pelo profissional (arts. 382, §1º e 465, §1º, ambos do NCPC).

O não comparecimento do autor à perícia, no prazo, sem justo motivo ensejará a imediata extinção do processo, uma vez que este juízo entenderá não haver interesse do requerente na continuidade da ação.

III - Não realizado o depósito judicial no prazo, declara-se preclusa a oportunidade da ré produzir provas, devendo os autos serem conclusos para julgamento conforme o estado do processo;

IV - Após a juntada do laudo pericial nos autos: Cite-se a parte ré, através de carta com AR, para contestar o pedido no prazo de até 15 dias contados após a data da audiência de conciliação (art. 334, NCPC) e **notifique-se** a parte ré para indicar assistente técnico e oferecer quesitos a serem respondidos pelo profissional nomeado (art. 382, § 1º e art. 465, § 1º, ambos do NCPC).

Cite-se a seguradora fazendo-se acompanhar de uma cópia desta decisão.

V - Do pagamento do perito. Quando da entrega do laudo na Secretaria, o perito deve indicar conta bancária **para fins de recebimento de seus honorários de R\$ 300,00 (Trezentos reais)** por paciente examinado, valendo o depósito na sua conta bancária como prova de seu pagamento.

VI - Em face das declarações, defiro a gratuidade de justiça.

CABO DE SANTO AGOSTINHO, 19 de julho de 2019.

IHF

Juiz(a) de Direito

DJN/





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
2ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho

AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 482, - de 380/381 ao fim, CENTRO, CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE - CEP:
54505-560 - F:()

Processo nº **0026090-07.2019.8.17.2370**

AUTOR: MARLI FERREIRA DE FRANCA, ERIKA MONIK SANTANA DA PAIXAO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

DECISÃO

Vistos, etc ...

Compulsando os autos, observo que o Sr. WANDERSON DA SILVA FERREIRA é falecido, não sendo possível realizar perícia, motivo pelo qual revogo o despacho de ID 48044757.

-

Diante da EC/45, que acrescentou o inciso LXXVIII ao seu art. 5º, atribuindo *status* constitucional ao Princípio da Celeridade Processual, até então expresso tão-somente em legislação ordinária, faz-se mister uma releitura do direito processual civil.

No caso em comento, em que se pretende a cobrança de valor remanescente referente ao seguro obrigatório (DPVAT), o cotidiano forense nos permite constatar a completa desarmonia da interpretação literal do art. 318, do CPC com o espírito da Constituição Federal.

Nas inúmeras demandas que anualmente são distribuídas a este Juízo, as quais manifestam a pretensão referida, invariavelmente restam infrutíferas as tentativas de conciliação, uma vez que, segundo informam as seguradoras rés que compõem o *pool* gestor dessa modalidade de seguro, por orientação da FENASEG, não lhes é dado conciliar. Desta forma, nenhum sentido faz a adoção do procedimento comum sumário na espécie, configurando, neste caso, uma estéril reverência a ultrapassado e injustificado formalismo procedimental.

Face ao exposto, **deixo de designar audiência de conciliação/mediação.**



Cite-se a Requerida para contestar em 15 (quinze) dias, sob pena de confissão e revelia.

Se juntados documentos com as contestações ou forem alegadas quaisquer das matérias enumeradas no art. 337 do CPC, intime-se de logo a requerente para manifestar-se a respeito, em réplica, no prazo de 10 (dez) dias.

P.R.I.

CABO DE SANTO AGOSTINHO, 23 de julho de 2019.

IHF

Juiz(a) de Direito

JCSN





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
2ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho

AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 482, - de 380/381 ao fim, CENTRO, CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE - CEP:
54505-560 - F:()

Processo nº **0026090-07.2019.8.17.2370**

AUTOR: MARLI FERREIRA DE FRANCA, ERIKA MONIK SANTANA DA PAIXAO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que a Carta de Citação ID n. 48251344, foi enviada aos correios.
O certificado é verdade e dou fé.

CABO DE SANTO AGOSTINHO, 24 de julho de 2019

Chefe de Secretaria

